



EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Eduardo Fernandez Silva
Consultor Legislativo da Área IX
Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e
Economia internacional

ESTUDO TÉCNICO

DEZEMBRO DE 2017

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seu autor.

© 2017 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) os(as) autores(as). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

O conteúdo deste trabalho é de exclusiva responsabilidade de seus(suas) autores(as), não representando a posição da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).

SUMÁRIO

1 Introdução	4
2 Aspectos Gerais da Economia do Estado do Rio de Janeiro	5
3 A crise da economia do Estado do Rio	8
3.1 A equivocada interpretação da bonança do petróleo.....	9
4 Esbanjando dinheiro.....	10
5 Impacto dos Jogos Olímpicos na economia do rio de janeiro	13
6 Emprego no setor petrolífero no Rio de Janeiro.....	15
7 Conclusões.....	18
REFERÊNCIAS.....	20

1 INTRODUÇÃO

A economia do Estado do Rio de Janeiro representa aproximadamente 11,6% do Produto Interno Bruto – PIB do Brasil, atrás, apenas, do de São Paulo. Nessa métrica, ocupa o segundo lugar no País.

Considerando-se o PIB *per capita*, o Rio de Janeiro aparece como o terceiro maior do País, atrás do Distrito Federal e de São Paulo. Se a métrica utilizada for o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o do Rio de Janeiro encontrava-se, em 2010, na quarta posição no Brasil, precedido pelo Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina. Dez anos antes, o Rio de Janeiro estava em quinto lugar, nessa mesma medida.

Durante os primeiros anos da segunda década do milênio atual a economia do Estado do Rio de Janeiro – doravante também chamado apenas de Rio –, inicialmente, cresceu mais do que a brasileira; mas a partir de 2013 a economia do Rio perdeu, de maneira rápida, participação na economia do País.

Entre 2010 e 2012, a participação do Rio no PIB brasileiro elevou-se, de 11,58% para 11,98%. Nos anos seguintes, inclusive considerando dados ainda preliminares para 2016, o Estado perdeu mais de um ponto percentual relativamente ao Brasil, caindo a sua participação para 10,18% em 2016. Isso, por diversos motivos, entre os quais a queda do preço do petróleo, a má gestão dos recursos recebidos como *royalties* do petróleo, a opção efetuada, por seus governantes, por investimentos de baixo retorno privado e social, tais como estádios de futebol e de outros esportes e a ampla rede de corrupção – que implica decisões de investimentos cujos objetivos raramente são o bem estar da população – instalada em vários órgãos do Estado, com diversos casos já com condenações pela Justiça e, ainda, a própria crise que afetou a economia brasileira, da qual a economia do Rio é, necessariamente, parte integrante.

O presente trabalho busca descrever a situação atual da economia do Estado do Rio e está organizado da seguinte forma: após esta introdução, são apresentados aspectos gerais sobre a economia estadual.

Em seguida, comentários sobre a crise econômica e financeira que ainda persiste no Estado e uma breve discussão sobre a ilusão, o encantamento e o desperdício de recursos que se seguiram a mudanças legais sobre a exploração de petróleo, que multiplicaram as receitas públicas do Estado e de vários dos seus municípios.

Os investimentos equivocados, decorrentes em parte da ilusão mencionada, são discutidos na seção seguinte, quando se trata do impacto econômico da realização dos Jogos Olímpicos.

A estrutura de empregos associada ao *boom* do petróleo é objeto da seção seguinte e, então, são apresentadas as conclusões.

2 ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Na economia do Rio, os setores da indústria e de serviços são os mais relevantes. A agropecuária tem pouca importância, em termos de PIB, embora ocupe importante parcela do seu território com a produção de cana de açúcar, em sua região norte. Além disso, a principal produção agrícola é a de hortaliças e frutas, para abastecer a região metropolitana, embora grande parte dos alimentos consumidos no Estado sejam importados de outras regiões do Brasil.

O setor de serviços corresponde a quase 70% do PIB estadual. Internamente, as atividades financeiras ainda são relevantes, embora o Estado tenha perdido participação comparativamente a São Paulo. Também as atividades ligadas ao turismo importam, pois o Rio é um dos principais destinos turísticos brasileiros. Também a localização, em seu território, de mais de um, entre os mais importantes portos brasileiros, contribui para a relevância do setor terciário na economia local.

Já com relação à indústria, que representa cerca de 30% do PIB estadual, os principais segmentos são a petroquímica, a metalurgia, a siderurgia, a indústria automobilística e a de máquinas e equipamentos. Essas indústrias

encontram-se concentradas em alguns poucos municípios: a própria capital do Estado, Macaé, Volta Redonda, Três Rios e Porto Real.

Aliás, a concentração espacial é marca que não se pode deixar de mencionar, assim como a desigualdade.

Cinco municípios concentraram, em 2014, 64,4% da economia fluminense: Rio de Janeiro (44,7%); Campos dos Goytacazes (8,6%); Duque de Caxias (4,3%); Niterói (3,7%); e Macaé (3,1%). Em 2014, o maior PIB *per capita* dos municípios do Rio de Janeiro foi o de São João da Barra (R\$ 258.723,38), seguido de Quissamã (R\$ 205.560,24), Porto Real (R\$172.606,41), Armação dos Búzios (R\$ 130.762,36), Campos dos Goytacazes (R\$ 120.693,92) e Rio das Ostras (R\$ 112.657,93). Em todos estes municípios a economia está fortemente ligada às atividades petrolíferas, exceto Porto Real, onde predomina o setor automobilístico.

Por outro lado, os menores PIB *per capita* encontram-se em Japeri (R\$ 11.387,96), Mesquita (R\$ 11.827,73); Conceição de Macabu (R\$12.350,85) e Pinheiral (R\$12.431,67), onde há predominância do setor de serviços, fortemente influenciado pela Administração Pública. (Fonte: CEPERJ, 2014).

A diferença entre os maiores e os menores PIB *per capita*, portanto, alcança 22,7 vezes, o que permite concluir que a desigualdade econômica é um dos principais problemas econômicos – e, certamente, sociais – do Estado. Enfrentar esse problema é desafio grande, mas os resultados tenderão a ser dos mais relevantes para o futuro do Estado do Rio, com benefícios econômicos e sociais.

Alguns dados sobre a economia estadual merecem destaque:

- PIB: R\$ 659 bilhões (em 2015 – fonte: IBGE)
- PIB: R\$ 638 bilhões (em 2016 – fonte: IBGE)
- PIB *per capita*: R\$ 39.826 (em 2015 – fonte: IBGE)
- Exportações: US\$ 22,9 bilhões (estimativa 2017)
- Importações US\$ 21,9 bilhões (estimativa 2017)

- Saldo da Balança Comercial: superávit de US\$ 1 bilhão (estimativa 2017)
- Principais produtos exportados: petróleo, ferro, aço, derivados de petróleo, veículos automotores e autopeças
- Principais produtos importados: petróleo e derivados, máquinas e equipamentos, produtos químicos, automóveis e gás natural liquefeito.

No período entre 1985 e 2006 a economia do Rio perdeu pouco mais de um ponto percentual em sua participação na economia nacional.

Mais recentemente, análise promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – SEBRAE mostrou perspectivas difíceis para a economia do Estado¹.

Segundo essa análise, o desemprego cresceu no ano de 2015, embora tenha sido menor do que no Brasil. O desemprego no interior foi maior do que na região metropolitana, embora semelhantes em termos de ordem de grandeza: cerca de 9% da força de trabalho encontrava-se ociosa. No Município do Rio de Janeiro a taxa de desemprego, no primeiro trimestre de 2015, era de 5,1%, que se compara com uma taxa de 7,6% na região metropolitana e de 8,2% no Estado, revelando que o desemprego crescia mais na periferia, onde mora a população mais carente.

Ainda de acordo com a mesma publicação do SEBRAE, também o número de empregadores, assim como a renda desses, caíram no Estado, embora tenham crescido no Brasil. A variável que cresceu, naquele momento, foi o emprego por conta própria e o emprego informal.

Outro ponto importante apontado na análise aqui comentada é a queda da receita gerada pelo setor petróleo:

A desaceleração do setor de óleo e gás está reduzindo a receita do Rio de Janeiro e pressionando o endividamento do Estado. A receita de royalties e participações especiais deve

¹ SEBRAE, *Panorama do Rio de Janeiro: mercado de trabalho, desigualdade, pobreza e empreendedorismo*. Disponível em <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Nota45.pdf>

recuar cerca de 40% entre 2015 e 2014, segundo estimativas do Observatório Sebrae/RJ a partir dos dados do Portal da Transparência do Rio de Janeiro. A arrecadação de ICMS relativa a petróleo, combustíveis e lubrificantes no primeiro trimestre de 2015 também se retraiu em magnitude semelhante, em termos reais, com relação ao mesmo período em 2014, de acordo com dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), do Ministério da Fazenda².

Em termos de distribuição de renda o Rio de Janeiro era, também naquele momento, um dos Estados mais desiguais do Brasil, inclusive desde o ponto de vista regional.

3 A CRISE DA ECONOMIA DO ESTADO DO RIO

Em 2016, o governo do Estado do Rio declarou estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira. A decisão chocou o País, embora o Estado não fosse o único onde as finanças públicas se encontravam em situação crítica. O governo estadual do Rio teve que atrasar salários de alguns seus servidores – ficaram de fora os membros do Poder Judiciário –, além de renegociar com fornecedores e buscar, com sucesso, apoio junto ao governo federal. O Brasil inteiro, assim, compareceu, mediante aportes do governo federal.

A Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ publica, entre outros trabalhos, análises da economia da região. Segundo informa, a economia estadual encolheu 4,1% em 2016, uma queda ainda maior que a do Brasil, cuja retração alcançou 3,6%.

Por setor econômico, as três atividades, Agropecuária, Indústria e Serviços acumularam no ano de 2016 quedas de 9,6%, 8,8% e 2,6%, respectivamente. A variação negativa em volume da Agropecuária decorreu principalmente, do fraco desempenho da agricultura, principalmente na produção da

² SEBRAE, *RIO DE Janeiro: cenário de crise em 2016*. In Observatório SEBRAE/RJ, 2016. P. 3. Disponível em https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sintese_n40_2016_Como%20vai%20a%20Economia%20e%20o%20Trabalho%20no%20Rio%20de%20Janeiro.pdf

cana de açúcar (-28,7%). Na Indústria, o único destaque positivo foi a extrativa mineral, que acumulou crescimento de 0,2%, influenciado pela produção de petróleo e gás natural. As demais atividades industriais registraram queda em volume: Indústria de transformação, (-6,4%), Construção civil, (-25,8%) e Produção de eletricidade, gás e água, (-8,9%). No setor de Serviços, que participa com 77,1% do PIB Estadual, as atividades que contribuíram negativamente para o decréscimo da atividade foram: Comércio, (-8,0%); Transporte, armazenagem e correios, (-7,1%); Educação e Saúde Privada, (-6,5%); e Alojamento e alimentação, (-4,4%).³

Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro / PIB Brasil

Brasil e Estado do Rio de Janeiro - 2010-2016

Ano	Rio de Janeiro				População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Brasil Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)	Relação PIB RJ / PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto		Índice 2010=100	Variação anual (%)				
	1 000 000 R\$	Volume						
2010	449 858	100,00	...	15 993 583	28 127	3 885 847	11,58	
2011	512 768	102,64	2,64	16 112 678	31 824	4 376 382	11,72	
2012	574 885	104,73	2,04	16 231 365	35 418	4 814 760	11,94	
2013	628 226	106,08	1,29	16 369 179	38 379	5 331 619	11,78	
2014	671 077	107,71	1,53	16 461 173	40 767	5 778 953	11,61	
2015	659 137	104,70	-2,79	16 550 024	39 827	5 995 787	10,99	
2016*	638 095	100,44	-4,07	16 635 996	38 356	6 266 895	10,18	

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas - CEEP

*Estimativa para o PIB regional

Nota: Base 2010=100

3.1 A equivocada interpretação da bonança do petróleo

Não é surpresa que a exploração do petróleo seja o principal fator de geração de receita para os municípios com mais elevado PIB, inclusive *per capita*, no Estado.

Não se pode deixar de mencionar, a propósito, que boa parte dos dirigentes estaduais – e, a bem da verdade, também nacionais e de muitos outros locais – deixam-se enganar pelo uso de uma expressão equivocada, embora de uso geral: fala-se, muito, que o Estado “produziu” tantos barris de

³ CEPERJ, *PIB do Estado do Rio de Janeiro apresentou queda de 4,1% em 2016, disponível em <https://www.google.com.br/search?q=PIB+do+Estado+do+Rio+de+Janeiro+apresentou+queda+de+4%2C1%25+em+2016&oq=PIB+do+Estado+do+Rio+de+Janeiro+apresentou+queda+de+4%2C1%25+em+2016&aqs=chrome..69i57.803j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>*, P. 1

petróleo, que a empresa A “produziu” tantos, e a B outros mais. Essa ‘produção’, naturalmente, dá uma ideia de progresso, de avanço, iludindo muitos. Isso, apesar de todos reconhecerem que empresa alguma jamais “produziu” o “ouro negro”; sem recorrer a eufemismos enganadores. Nesse sentido, o correto seria dizer que o Estado, ou a empresa, apenas extrai das entranhas do planeta aquilo que foi produzido por forças geológicas, físicas e químicas, ao longo de milhões de anos.

Não se trata, como alguns poderão querer argumentar, de uma questão semântica menor. A ideia de “produzir”, na sociedade atual, transmite uma noção de progresso, de avanço, de coisa “boa”, ideia essa que leva muitos a celebrar cada aumento daquilo que, corretamente, deve sempre ser tratado como a “extração” de petróleo, um recurso finito e limitado.

4 ESBANJANDO DINHEIRO

Muitos dos dirigentes do Rio de Janeiro, nesse rol incluindo-se boa parte da imprensa e diversos intelectuais, foram negligentes na análise das implicações, para o Estado, da bonança do petróleo.

Alterações da legislação federal, ocorridas na metade da década de 1990, ampliaram substancialmente o volume de recursos oriundos da exploração do petróleo carreados para o Estado e para diversos dos seus municípios.

Posteriormente, com a descoberta dos volumosos campos petrolíferos do pré-sal, aparentemente acreditou-se que o Estado poderia esbanjar. E assim fizeram governadores – alguns dos quais hoje presos e condenados – e muitos prefeitos. Com isso, escreveram mais um capítulo na história econômica que discute a chamada “maldição dos recursos naturais”.

Essa sina, a maldição dos recursos naturais, é na realidade um conjunto de ideias que, em síntese, mostra como países ou regiões ricas em recursos naturais, com frequência, esbanjam os recursos financeiros gerados

pela exploração da riqueza natural, usualmente mineral, sem lançar as bases para um aproveitamento duradouro daquela riqueza.

No entanto, análises mais aprofundadas reconhecem que os recursos naturais não têm o poder de lançar uma maldição sobre uma determinada população, o que é secundado pelo fato de que diversos países e regiões de fato “enriquecem” a partir da exploração desses recursos naturais, ao passo que outros empobrecem.

Assim, o debate deslocou-se e, hoje, a maioria dos analistas reconhece que não existe “maldição dos recursos naturais”. O que existe, sim, na realidade, é um conjunto de instituições que podem ser extrativas – a ponto de serem danosas às populações que vivem sob elas – ou construtivas, neste caso contribuindo para a promoção do bem-estar das populações que tais instituições governam.

No Rio de Janeiro, há muitos elementos para assim afirmar, prevalecem instituições extrativas.

Com o advento da Lei nº 9.478, de 1997, alterou-se a distribuição dos ganhos financeiros derivados da exploração do petróleo e os municípios foram dos mais beneficiados pela crescente extração do mineral, à época com preços elevados no mercado internacional. Como detentores de grandes reservas em seu litoral, vários municípios do Estado do Rio de Janeiro tiveram suas receitas multiplicadas, quase que subitamente.

Entre 1997 e 2004, as receitas governamentais – nos três níveis da Federação – com a exploração do petróleo elevaram-se de R\$ 170 milhões para R\$ 5,04 bilhões⁴, sendo que parcela substancial desse incremento coube aos municípios, a maioria deles do Estado do Rio.

Como registrado em texto de 2008, no qual Silva (2008) analisava as possibilidades de a maioria dos brasileiros se beneficiarem dos recursos então recém descobertos do pré-sal:

⁴ SILVA, E. F. *Encontramos o petróleo no pré-sal: e agora?* in Cadernos ASLEGIS nº 35, pp. 81-120, ano 2008. p. 112 ,

Há fortes evidências de que a aplicação de tais recursos não tem sido feita com a eficiência que se esperaria. Como exemplo, veja-se a notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo em 15/09/2008: “Verba do petróleo não melhora nível da escola pública – Cidades campeãs em recebimento de royalties não se destacam na comparação com as demais. Um estudo da Universidade Cândido Mendes mostra que no Rio de Janeiro – Estado que mais recebe royalties no país – os indicadores de infraestrutura nas escolas dos nove municípios mais agraciados com recursos do petróleo em nada se destacam em relação a escolas do Sudeste”. Noutras palavras, ainda que os recursos sejam aplicados em setores de inquestionável importância, como a educação, é possível, senão provável, que boa parte deles seja desperdiçada, como a notícia acima mostra⁵.

Mais adiante, no mesmo trabalho, Silva ajuda a configurar o quadro de pouca eficácia no uso dos vultosos recursos recebidos, por parte dos municípios fluminenses:

Pacheco (2004), analisa a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH nos municípios fluminenses beneficiados com os recursos do petróleo. Diz ele: “A análise do IDH-M (...) mostra que dos nove municípios do Norte Fluminense, apenas três (Carapebus, Cardoso Moreira e Quissamã) apresentaram uma sutil melhora na sua posição dentro do Estado do Rio de Janeiro, quando comparados com os demais municípios fluminenses. Todos os demais apresentaram crescimentos menos expressivos, ocasionando quedas de colocação dentro da classificação do IDH-M, inclusive os principais beneficiários dos royalties: Macaé e Campos dos Goytacazes (o primeiro perdendo sete posições no ranking estadual e o segundo, dez posições).” Vê-se, portanto, que o Brasil não está imune a desperdiçar os recursos encontrados. Viu-se que, mais que a “maldição do petróleo” ou “dos recursos naturais”, é a qualidade das instituições e das decisões tomadas e implantadas que serão os fatores preponderantes na determinação dos impactos dos recursos descobertos no pré-sal sobre a sociedade brasileira.⁶ (ênfase adicionada)

⁵ Silva, e. f., OP. CITED, P. 112

⁶ Id, ibidem, p. 113. Ênfase adicionada.

No plano estadual, o quadro não parece ter sido muito distinto daquele verificado no nível municipal, e a aplicação de expressivos recursos públicos na construção de obras de uso único, isso é, utilizadas somente em um único evento, é apenas mais um exemplo de que a condução dos negócios no Estado não teve maiores preocupações com o bem-estar da sua população.

Nesse quadro, era previsível a crise econômica e financeira que veio se instalar em meados da segunda década do presente milênio. Vale dizer, menos de dez anos após a fenomenal descoberta das jazidas do pré-sal.

5 IMPACTO DOS JOGOS OLÍMPICOS NA ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Como comentado acima, uma parcela significativa dos investimentos realizados no Rio de Janeiro – para preparar a cidade para a realização da Olimpíada – foi aplicada em equipamentos que, passado o evento esportivo e de *marketing*, foram utilizados raras vezes ou nem tiveram uso. Grande parte deles, hoje, implica custos para a União, para o Estado ou para a prefeitura, sem perspectiva de retorno e sem prestar serviços à população.

Nesse sentido, pode-se dizer que houve considerável desperdício de recursos obtidos com os impostos cobrados aos habitantes do Estado e mesmo do Brasil.

Não obstante, há aqueles que insistem em que a realização dos jogos na cidade foi benéfica, pois teria deixado um “legado” positivo. A maioria dos analistas aponta, como parte desse legado, a maior exposição do Rio ao público internacional e, portanto, a maior atratividade da cidade enquanto destino turístico.

Sem dúvida que houve maior exposição da cidade, mas é fato que nem sempre tal visibilidade foi positiva, uma vez que parte das matérias veiculadas apontava mazelas de conhecimento geral dos residentes. Além disso, essa maior atratividade é variável de difícil mensuração. Assim, argumentar que o lado positivo da realização do evento se baseia em algo não mensurável é criar campo fértil para debates intermináveis e inconclusivos.

Outro seria o caso se o argumento se baseasse em dados tais como aumento verificado da quantidade de turistas na cidade, do tempo de permanência destes lá, e ainda do montante gasto. Sem tais informações, adequadamente coletadas, é difícil ser conclusivo sobre a realidade do tal legado.

Há, ainda, as obras de mobilidade urbana realizadas, que continuam operando e beneficiando parcela da população. Ocorre que muitas outras obras de semelhante utilidade poderiam ter sido construídas caso não se edificassem ou se reformassem estádios e outros equipamentos de uso único, ampliando, pois, os benefícios à população.

Rocha (2017) publicou artigo intitulado “A economia dos Jogos do Rio 2016: bastidores e primeiros impactos”. Segundo ele,

Comparando o desempenho de indicadores do mercado de trabalho do município do Rio e de outros entes, evidenciou-se forte sinalização de que a preparação e a realização do evento, especialmente entre 2012-2016, favoreceram um dinamismo econômico diferenciado da cidade no período, atenuando e retardando os efeitos da crise econômica vivida no país.⁷

Certamente que um projeto que envolva diversas obras civis gerará empregos, mas o ponto é outro: caso as obras tivessem real utilidade para grandes grupos da população então, sim, haveria um legado positivo. Claro, é positivo que durante um período mais pessoas tenham tido emprego, mas seria ainda melhor caso esses empregos resultassem em obras uteis, e não edificações que geram despesas de manutenção sem maiores retornos à população ou ao Estado.

⁷ ROCHA, G “A economia dos Jogos do Rio 2016: bastidores e primeiros impactos”, Nota Técnica nº 37, p. 3 Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

6 EMPREGO NO SETOR PETROLÍFERO NO RIO DE JANEIRO

Outro estudo sobre a economia do Rio de Janeiro mostra a evolução recente do setor petrolífero estadual. Seus autores são Piquet, Tavares e Pessôa (2017). No trabalho,

analizam os impactos causados pela indústria petrolífera na Região Norte Fluminense, seu papel estruturante no mercado de trabalho e sua influência na economia regional. [Concluíram] que as perspectivas de médio e longo prazo configuram essa região como uma província petroleira em decadência tendo, contudo, possibilidades de buscar estratégias de reconversão produtiva baseada em projetos endógenos, uma vez que dispõe de elevado contingente populacional e já atingiu complexidade econômica em termos de infraestrutura de serviços.⁸

Continuam os autores:

Há uma intensa polêmica quanto ao efetivo papel da indústria mineradora para o desenvolvimento dos espaços territoriais em que se localiza. Considerada uma atividade que provoca fracos encadeamentos nos demais setores produtivos, é vista como causadora mais de problemas do que de vantagens para os países e regiões onde acontece. Segundo essa visão, as fartas rendas dela provenientes inibem a capacidade de expansão de outros setores produtivos. Até mesmo nos casos exitosos, nos quais ocorre a formação de cadeias produtivas fornecedoras, a desejada independência em relação ao setor extrativista não se verifica, uma vez que as indústrias assim surgidas são altamente atreladas à produção do próprio setor. A especialização baseada em um único produto, sujeito às flutuações da demanda e dos preços internacionais, como é o caso do petróleo, coloca as economias assim organizadas em uma situação de fragilidade, que pode conduzi-las facilmente a uma situação de colapso. De fato, estudos teóricos e pesquisas empíricas [...] indicam que as regiões extrativistas têm muito pouco sucesso em constituir conexões industriais, condição essencial para um processo de desenvolvimento bem-sucedido, sendo antiga e forte a ideia de “enclave” na análise das economias de base mineradora. Uma vez que os minerais são recursos inevitavelmente exauríveis, as atividades de produção e toda a infraestrutura de suporte somente podem ser mantidas enquanto os depósitos existirem.

⁸ PIQUET, TAVARES E PESSÔA. Título da obra, p. 1. Rio de Janeiro: editora, 2017

Em decorrência de sua natureza efêmera, as economias de base extrativista criam poucos encadeamentos para frente e para trás, confirmando, assim, seu caráter de enclave. Em outra perspectiva, um país ou uma região que disponha de ricas reservas minerais seria privilegiado(a), teria recebido verdadeira “bênção”, já que essas jazidas poderiam ser utilizadas em prol de seu desenvolvimento. No caso específico da indústria do petróleo, por constituir atividade de capital intensivo, tecnologicamente sofisticada e, ainda, desejada e disputada internacionalmente, os benefícios dela advindos seriam altamente positivos. O debate supramencionado vem ocorrendo desde a década de 1970, mas é na entrada dos anos 2000 que a literatura voltada ao tema debate com mais ênfase o que passa a ser conhecido como “maldição dos recursos naturais”. Essa expressão indica a relação negativa entre abundância de recursos naturais e nível de desenvolvimento econômico.⁹

Em sua análise, Piquet, Tavares e Pessôa mostram diversos dados relevantes a caracterizar a economia do Estado do Rio de Janeiro. Assim, com base em dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, identificam que nos anos de 2010, 2014 e 2016, os empregos formais no Estado se concentravam na Região Metropolitana, na proporção, respectivamente, de 78,4%, 78,5% e 78,8% dos empregos totais do Estado.

Em relação à região norte, sede da indústria petrolífera – os autores procederam a ajustes, de forma a incluir, naquela região, municípios que, formalmente, não lhe pertenceriam, mas que também sediaram atividades ligadas ao petróleo, nos mesmos anos, quando essa era a segunda região mais importante do Estado, em termos de emprego formal. No entanto, ocupava apenas 6,2%, 6,4% e 6,0% das pessoas empregadas formalmente.

Os postos de emprego no setor petrolífero, nos mesmos anos, localizavam-se na Região Norte, acrescida do município de Rio das Ostras, na proporção de aproximadamente 50%, e os demais ficavam na Região Metropolitana, restando, para todos os demais municípios do Estado, apenas 2% dos empregos do setor.

⁹ Id, ibidem, p.2.

Mais adiante, os autores observam que cerca de 8 mil vagas foram fechadas na Região Norte, após o ano de 2012.

Concluindo, afirmam que

A Região Norte Fluminense de fato mudou ao longo dos anos referidos no decorrer do texto. Ressurgiu das cinzas dos canaviais e das usinas para um perfil de região inserida no mercado nacional, apresentando uma forte participação no comércio exterior; tornou-se, assim, um dos principais esteios do crescimento de seu próprio Estado. [...] Mas existem outros dados [...] preocupantes para a economia da Região Norte Fluminense pairando no horizonte. A começar pela própria crise da Petrobras, que levou a empresa a repensar suas estratégias e a concentrar esforços na exploração do pré-sal. [...] O mesmo “acaso geológico” que favoreceu a Região Norte Fluminense, abençoada pela grande concentração de jazidas nos campos do pós-sal, agora parece dar cartas bem menos favoráveis. De fato, a Bacia de Campos ainda representa parte expressiva e fundamental da produção nacional, sendo responsável por aproximadamente 60% do petróleo brasileiro no momento. Porém, [...] as novas fronteiras na indústria nacional de petróleo ficam fora da região, mais ao norte do litoral do Espírito Santo e ao sul, na Bacia de Santos. Previsões da própria Petrobras indicam que o pré-sal deverá se tornar responsável por mais da metade da vazão de óleo até meados de 2017. Na medida em que aumenta a participação da produção dos campos do pré-sal, a importância relativa da Bacia de Campos tende a declinar inexoravelmente.¹⁰

Embora advertindo que não era objetivo do seu trabalho apontar alternativas para a Região esses autores indicam que

[R]estaria à região um horizonte temporal de médio prazo para a elaboração de estratégias alternativas de crescimento. Em primeiro lugar, essa possibilidade seria proporcionada pela própria Petrobras, que indica em seu planejamento de longo prazo que irá se associar com empresas que tenham tecnologia para aumentar o fator de recuperação em águas profundas, renovando positivamente as perspectivas regionais. A seu turno, a região já atingiu grau de complexidade econômica e significativo contingente populacional que torna viável a

¹⁰ Id, ibidem, p. 13.

elaboração de estratégias alternativas de crescimento baseadas em projetos endógenos, como algumas experiências internacionais são exemplos. (Id, ibidem)

Os autores, porém, não se dedicaram a identificar quais seriam esses projetos endógenos.

7 CONCLUSÕES

O Estado do Rio de Janeiro viveu uma crise econômica e financeira de grandes proporções na primeira metade da segunda década do segundo milênio, decorrente de vários fatores: a crise econômica da economia brasileira, a queda dos preços do petróleo, a grande concentração de renda na região, tanto em termos pessoais quanto em nível espacial, a falta de um projeto de desenvolvimento que pudesse gerar oportunidades para a maioria da população, a opção opor realizar investimentos que, embora gerem empregos enquanto em edificação, nada resultam para a população uma vez concluídos, e ainda pela corrupção de seus dirigentes.

É grande a dependência da economia do Estado do petróleo. Encontrar maneiras de se livrar dessa dependência é urgente, mas foge ao escopo do presente trabalho. Cumpre apontar, no entanto, que o compromisso assinado pelo Brasil, em Paris, em 2015, com relação à descarbonização da economia, se levado a efeito, implicará dificuldades cada vez maiores para uma economia dependente do poluente “ouro negro”.

A prestação de serviços, outro dos principais pilares da economia estadual, poderá vir a ter melhor desempenho caso sejam adotadas políticas eficazes de redução das desigualdades regionais e pessoais de renda e de acesso.

A agricultura, economicamente marginal, não parece oferecer grandes oportunidades, mesmo porque se trata de atividade que emprega menos de 2% das pessoas, e gera parcela semelhante da renda.

O turismo ainda é uma esperança. No entanto, falta ao Estado uma política coerente e abrangente que promova o turismo inclusivo, à

semelhança do que fez, por exemplo, a África do Sul. De maneira similar ao que acontece nesse país africano, a violência nas ruas afasta o turista e, diferentemente do que se vê em várias cidades sul-africanas, o lixo que se espalha pelas ruas das cidades do Estado brasileiro é outro fator a afastar os turistas.

Também não contribui para o desenvolvimento dessa atividade a falta de treinamento dos recursos humanos em variados pontos da cadeia produtiva do turismo, assim como outros problemas – como os elevados preços cobrados por hotéis e empresas aéreas – que, no entanto, são dois segmentos de difícil trato por parte das autoridades regionais, vinculados que estão às regras federais de controle da concorrência.

2017-17589

REFERÊNCIAS

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CEPERJ – FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS. *Produto Interno bruto dos Municípios -* , 2014

PIQUET, R., TAVARES, E., PESSÔA, J.M. *Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense.* In Cadernos Metr pole, vol. 19, n  38, São Paulo, Jan/abr. 2017.

ROCHA, G. *A economia dos Jogos do Rio 2016: bastidores e primeiros impactos.* Nota Técnica n  37, IPEA, Brasília, 2017.

SEBRAE, Panorama do Rio de Janeiro: mercado de trabalho, desigualdade, pobreza e empreendedorismo, Fevereiro de 2017, disponível em <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Menu%20Institucional/Nota45.pdf> , visitado em 18/11/2017

SILVA, E.F. *Encontramos o petróleo no pré-sal: e agora?* Cadernos ASLEGIS n  35, pp. 81-120, ano 2008.

2017-17589